ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE ECONOMISTAS

COLÓQUIO SOBRE "DEFSA DO PATRIMÓNIO FLORESTAL
- A PROBLEMÁTICA DOS INCÊNDIOS NA FLORESTA"

ALGUNS ASPECTOS ECOLÓGICOS E SOCIAIS RELACIONADOS COM O FOGO

de

J. Moreira da Silva

6 MAIO 1981

Rua da Estrela, 8 Telefones 66 15 84 - 66 15 85 1200 LISBOA

ALGUNS ASPECTOS ECOLÓGICOS E SOCIAIS RELACIONADOS COM O FOGO

J. MOREIRA DA SILVA

Todos sabemos que a floresta natural "não arde" o que quere dizer que ela tem em si a capacidade da sua própria defesa e recuperação. Na floresta de caducifolias a humidade que lhe está associada e a existência dum andar herbáceo são razões suficientes da sua alta resistência ao fogo, pois ele não chega às copas quando não há que queimar no solo. Trata-se dum autêntico ecosistema incombustível.

Acerca da floresta de quercineas de folha permanente que afinal constitue a parte mais importante de toda a nossa floresta, escreveu a proposito Vieira Natividade, citando Lamey que, enquanto a mortalidade causada pelo fogo nos sobreirais atinge 100% no ano de tiragem da cortiça, desce para 25% cinco anos após a extracção e não ultrapassa os 2% ao fim da habitual rotação dos nove anos. E acrescentou que, mesmo quando a mortalidade é de percentagem considerável, esta atinge a parte aérea dando-se em seguida uma forte rebentação da touça , estando assim o próprio povoamento apto a perpetuar-se. Um fogo moderado corresponde muitas vezes a uma arreia rejuvenescedora.

Por razões de diversa ordem (e não cabe aqui discutir se deverá ou não ser revista esta opção) fomos "empurrados" para a utilização, em larga escala, duma especie exótica - pinheiro bravo - especialmente sensível ao fogo e isto agravado pelo facto de no nosso país se verificar um elevado perigo de incêndio durante o verão pois às temperaturas mais elevadas correspondem fracas pluviosidades e baixas percentagens de humidade relativa do ar. É com esta realidade que temos de viver e não importa atirar as culpas para cima das costas dela, com um certo fatalismo que nos vai no caracter, pois, dessa forma, nunca mais levaremos a "carta a Garcia".

Há três razões fundamentais para o grande risco destes povoamentos florestais: uma inerente à própria espécie pois tratando-se de uma resinosa é facilmente inflamável mesmo antes do fogo atingir temperaturas elevadas; outra derivada do sub-bosque constituido por tojos, carqueja, queiró, urzes, etc, arbustos que a partir de uma certa idade, 3 a 5 anos, são um exeelente combustível pela lenhificação da sua parte aérea; e uma terceira razão de caracter cultural proveniente de uma alta densidade, principalmente nos povoamentos jovens, agravada pela acumulação da manta morta formada pelas agulhas que apodrecem com muita dificuldade.

Daqui se poderá concluir que dentro das medidas que logicamente se devem preconizar, sobressaiem as seguintes: proteger os povoamentos jovens com uma faixa "negra" com vinte a cinquenta metros de largura, conforme a inclinação da encosta, eleminando com intervalos curtos o combustível aí existente; interromper sistemáticamente os grandes massiços de resinosas com faixas de folhosas ou pastagens, de forma a constituir núcleos estanques de 30 a 50 ha; proceder aos desbastes necessários para manter as densidades mais convenientes em

face da classe de qualidade da estação, da idade do corte final e do uso multiplo da floresta (pastoreio, caça, recreio, etc.); e, por último, controlar o combustível existente no sub-bosque utilizando criteriosamente a tecnica do fogo frio controlado. A maior parte destas medidas foram aliás as que o Dr. Edwin Komarek aconselhou, depois de ter percorrido o nosso país e analisado "in loco" muitas das áreas devastadas, nos ultimos anos, por incêndios "selvagens".

Normalmente, dizem as estatísticas que em 93% dos casos, a floresta só arde se lhe deitarmos o fogo em local estratégico e condições climáticas apropriadas. Não dirão as estatísticas, mas nós bem sabemos, que, em elevada percentagem essa acção é deliberada.

Não vamos analisar a piromania nem a vingança torpe que poderão originar incêndios que se classificam de criminosos. Mas recuemos ao tempo em que os serviços oficiais avançaram com arborizações pelas serras do Norte e Centro, numa tarefa de extraordinária vitalidade e com um "élan" de que não podem deixar de se orgulhar aqueles que lhe deram todo o seu entusiasmo, com sacrifício pessoal e das suas famílias.

Viviam naquelas serras mauitos milhares de portugueses que praticavam uma silvo-pastoncia e uma agricultura de montanha em perfeito equilíbrio com os recursos da Natureza envolvente.

A serra alimentava todo o ano os seus rebanhos de gado miúdo (ovino e caprino) e, a partir de Maio, o vacum enquanto os campos agrícolas estavam ocupados pelas culturas primaveris. A montanha também lhes dava as lenhas para as suas lareiras e os matos para as camas dos seus gados que, por sua vez, produziam o estrume essencial para as suas culturas agrícolas. Pode dizer-se duma forma sintética que no baldio se "acumulava" a energia solar que era transportada e transformada pelos animais domésticos afim de ser convenientemente utilizada, e sem parcimônia, na sua agricultura.

Agricultura essa, inserida num circuito econômico de subsistência, quási sem trocas com o exterior, que satisfazia as necessidades da comunidade e do seu gado.

E assim, como os matos tinham de ser periòdicamente cortados para fazerem melhor cama e produzirem bom estrume, também a parte aérea da vegetação arbustiva pastoreável tinha de ser de quando em quando eliminada para que a rebentação, mais rica em elementos nutritivos, fosse mais apetecida e melhor aproveitada pelo gado.

Isso era conseguido pela pratica do fogo, nas épocas mais convenientes e conforme a exposição, altitude e humidade, distribuido com sábio discernimento por todo o território como mosaico cientificamente ordenado.

Tratava-se dum ecosistema condicionado pelo fogo, cuja utilização não poderia ser subestimada e muito menos ignorada ou proibida.

Proibição que veio a verificar-se e que levou os pastores a transferir, por absoluta necessidade, a queima dos matos para épocas do ano em que era mais rápida e fácil a propagação do fogo e pior do que isso, a perder, por falta de uso, toda a ciencia acumulada que as comunidades tinham adquirido pela utilização do processo há largas centenas de anos.

Lançados na rearborização dos baldios os serviços ofiais não foram preparados (deliberadamente?) para se aperceberem dos resultados da alteração do "statu quo", pensando, muitos de nós, que os salários distribuidos compensavam largamente a inevitável diminuição dos rebanhos. Todo este complexo sistema de trocas energéticas foi perturbado e a diminuição do rendimento bruto dessas comunidades teve funestas consequências no seu equilibrio socio-económico e repercute-se ainda agora nas suas relações com os florestais.

Estabelecer um diálogo aberto e permanente com essas populações e seus legítimos representantes, compensando-os progressivamente, das áreas de pastoreio retiradas para arborização aumentando a capacidade, em unidades forrageiras, das áreas sobrantes e instalando pastagens melhoradas quer estremes quer sob coberto, com simples benfeitorias para uma melhor utilização da água, são medidas que devem ser ràpidamente postas em prática.

Ao mesmo tempo terá de ser recuperada, à custa de exaustivos inquéritos junto dos pastores e agricultores mais idosos (o tempo urge...) a ancestral prática cultural da utilização do fogo frio, para eliminar os perigosos fogos selvagens de verão lançados pelos pastores (e caçadores também) em ultima instância, acompanhando-a de estudos sobre a alteração da composição florística e possíveis influências no melhoramento da dieta alimentar dos animais domésticos e no desenvolvimento da fauna indígena.

Mas há tambem muitos incêndios cuja causa nada tem a ver com este complexo problema das relações dos povos da montanha com a reflorestação.

Ainda há dias se noticiava que arde mais ao domingo, prova evidente que esta maior incidência coincide com o maior número de pessoas que, nos fins de semana, procuram as zonas florestais para realizarem os seus passeios, comer as suas merendas, efectuar os seus exercícios físicos e encherem os pulmões de bom ar. Provenientes das zonas urbanas, mal esclarecidos e por isso descuidados, fazem pequenas fogueiras em locais de muito perigo ou não as apagam completamente ao abandoná-las ao fim da tarde e lançam inadvertidamente pontas de cigarros pela janela das suas viaturas. Trata-se dum problema de falta de educação cívica que pode ser atenuado com campanhas sistemáticas, e não só durante o verão, nos orgãos de comunicação social, especialmente na televisão. Este e outros temas ligados à qualidade da vida devem ser obrigatórios nas escolas desde a classe infantil ou pré-primária.

Claro que diminuindo ou irradicando as principais causas da perigosidade dos povoamentos florestais com as medidas que atrás se preconizaram também diminuirão substancialmente os prejuizos resultantes da expansão do turismo de montanha que se deseja estimulado. Como medida cautelar contra os prejuizos que adveem do peso dos visitantes da floresta mesmo para além do dos incêndios, aconselha-se uma política de fixação desses turistas em locais especialmente protegidos e preparados para os receber, apetrechados com locais de desporto, circuitos de manutenção, zonas de pic-nic, sanitários, circuitos assinalados, etc,etc.

Em todas as acções a emprender em prol da floresta não podemos esquecer a máxima que já poetas românticos do princípio do século XVIII, como Wordsworth e Keats, cantavam:

"que a Natureza seja o nosso Mestre..."

Se soubermos estuda-la com critério e profundidade encontraremos nela, certamente, as melhores soluções para os nossos difíceis problemas.

Não nos falta humildade e bom senso, para tal.